

# O MÉTODO COMO TEMA: CONTROVÉRSIAS FILOSÓFICAS, DISCUSSÕES ECONÔMICAS<sup>1</sup>

Pedro Cezar Dutra Fonseca<sup>2</sup>

## 1. Introdução

A proposição de que um método se faz necessário para que o conhecimento seja alcançado remonta à filosofia grega. Mas foi Kant que desenvolveu com rigor a necessidade de uma teoria do conhecimento, ao propor e desenvolver a tese de que ele próprio se tornasse objeto de uma teoria. Não sendo inato nem capaz de brotar espontaneamente, o conhecimento requer esforço para ser alcançado. Surge, então, a necessidade de um método, entendido como o caminho que se deve percorrer na busca do conhecimento, embora ele, por si só, não garanta que se alcance a verdade.

O conhecimento pode ser definido como uma relação entre sujeito e objeto. Este entendimento está mais ou menos assentado em todas as visões filosóficas e psicológicas, e o que as distingue é como se faz presente esta relação entre sujeito e objeto em cada concepção. Ou seja: conquanto, de uma forma mais abstrata, se possa entender o conhecimento como essa relação, há várias formas de expressar e entender como a mesma se materializa, bem como se expressa em cada ciência particular e quais suas possibilidades e limitações. Esses talvez sejam os pontos mais complexos e polêmicos da teoria do conhecimento, que mais tem dividido os filósofos que se debruçaram sobre o tema.

Na tentativa de sumarizar alguns pontos relevantes dessa controvérsia, com o propósito maior de sistematização didática, serão abordados três aspectos que afloram na reconstituição deste debate no campo das discussões filosóficas, embora se tenha por objetivo ensaiar algumas hipóteses de como elas aparecem na Economia. Estas controvérsias clássicas dizem respeito aos

---

<sup>1</sup> Publicado em CORAZZA, Gentil (org.). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 17-34.

<sup>2</sup> Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS e Pesquisador do CNPq.

debates entre (a) dogmatismo e ceticismo; (b) objetivismo e o subjetivismo; e (c) racionalismo e empirismo.

## 2. Dogmatismo versus Ceticismo

A primeira questão que acompanha o debate epistemológico, com reflexos na história do pensamento econômico, refere-se à controvérsia entre *dogmatismo* e *ceticismo*, a qual também apresenta tentativas de conciliação ou superação relevantes, como o relativismo. Aqui, para fins didáticos e de exposição, manter-se-á a análise centrada na polaridade.

A pergunta central diz respeito à possibilidade do conhecimento: pode-se conhecer a realidade? O conhecimento pode ser alcançado?

A posição do dogmatismo (dogma = doutrina fixada), expressa em poucas palavras, diz não haver por que se preocupar com essa questão, pois óbvia é a resposta positiva a ela. Com esta postura, a rigor, desqualifica-se a própria existência do problema. Seus defensores remontam à Grécia Antiga, já nos filósofos eleáticos e jônios quando, nos primórdios da filosofia, a atividade de filosofar não era em si questionada quanto as suas possibilidades, tendo-se como suposto a plena capacidade do homem para tal. Os dogmáticos não têm o benefício da dúvida.

O dogmatismo para se sustentar precisaria pressupor e admitir como verdade juízos fortes tanto com respeito ao sujeito como quanto ao objeto. Com relação ao primeiro, precisaria crer na ampla possibilidade de o sujeito apreender o objeto, de não haver erros de observação, de enfoque, de circunstância ou de ilusão dos órgãos do sentido. O sujeito, a rigor, precisaria ser infalível – atributo possível só para os deuses. E mesmo que o sujeito alcançasse este grau de perfeição, ainda precisaria o objeto apresentar constância e regularidade, de modo que a atitude de buscar conhecê-lo não pudesse ser prejudicada. Mas, como se sabe, um dos grandes problemas da aventura de querer conhecer o mundo diz respeito ao objeto em si, que apresenta aleatoriedade, mudanças, descontinuidades e, via de regra, apresenta-se de forma parcial, fragmentada e até obscura, como enfatizou Hegel.

Platão foi dos primeiros críticos do dogmatismo ao argumentar que o conhecimento não é inato, mas precisa ser adquirido, alcançado. Ilustra seu ponto de vista em uma parábola em que os deuses deram ao homem a habilidade e a razão, mas nem por isso o conhecimento e a virtude prosperaram, pois estes exigem esforço, dedicação, determinação e vontade. Já Kant entendia

como dogmáticos os filósofos que se dedicavam à metafísica sem questionar as possibilidades e os limites da razão humana para empreender esta tarefa. Desta forma, para eles o conhecimento não seria posto como objeto da própria investigação, já se aceitando, de antemão, sua possibilidade. Geralmente as idéias do dogmatismo fixam-se mais no objeto, pois se aceita *a priori* a possibilidade de o sujeito apreende-lo.

Já o ceticismo parte do extremo oposto, assinalando as dificuldades para se chegar ao conhecimento ou à verdade (ceticismo “moderado”) ou mesmo sua impossibilidade (ceticismo “radical” ou “absoluto”). Pirron de Elis, talvez seu mais brilhante precursor, argumentava que, diante de dois juízos contraditórios, um poderia ser tão verdadeiro quanto o outro, para concluir ser mais aconselhada a abstenção de todo juízo. O problema decorria em boa parte do próprio objeto, já que entendia que os fenômenos eram em si indiferenciáveis. Górgias de Leôncio também se arrola entre os precursores mais radicais, mas lembra o lado do sujeito na impossibilidade: “Não existe nada. Mesmo se existisse, o ser seria incompreensível para nós e não poderíamos conhecê-lo. E mesmo se pudéssemos conhecer, não poderíamos comunicar aos outros nossos conhecimentos”.

Certamente este ceticismo *radical* pode chegar ao extremo de negar a possibilidade do conhecimento e, portanto, da ciência. Mas, paradoxalmente, o ceticismo foi muito importante na história da ciência, já que trouxe a dúvida à ordem do dia e contribuiu para separar o discurso religioso do científico, as crenças e a fé de outro tipo de conhecimento do mundo, apoiado na razão e na observação. Além disso, ajudou a combater as explicações preconceituosas e as respostas rápidas, ao apregoar a necessidade do método para alcançar o conhecimento. Assim, ao lado de um ceticismo *sistemático* ou *sistêmico*, assumido como uma questão de princípio ou fruto de um posicionamento filosófico, com Descartes chega-se ao ceticismo *metódico*: é possível conhecer o mundo e a dúvida aparece não mais como princípio ou convicção filosófica para negar a possibilidade do conhecimento, mas como procedimento a ser seguido pelo sujeito por uma questão de método; duvidar faz parte do trabalho do cientista, de maneira que este sempre deve desconfiar de seus dados, de seus testes, de suas respostas.

Nem sempre o ceticismo abarca todos os campos do conhecimento. Há ceticismos especializados ou restritos a determinadas áreas; por exemplo, há céticos apenas no campo religioso, como os agnósticos. Já o positivismo é um exemplo de ceticismo metafísico, ao duvidar da possibilidade de se chegar à essência das coisas, ao negar a filosofia e ao defender como

científico apenas o conhecimento assentado na observação empírica e no mundo sensível. Aquilo que não se pode provar através da experiência deve ser rejeitado como objeto da ciência. Assim, sentenças como “os anjos têm asa”, “Deus é justo” e “o amor é eterno” podem até ser verdadeiras, mas não podem ser submetidas à prova empírica e, portanto, não são integrantes do campo da ciência.

Modernamente o ceticismo aparece de várias formas tanto nas discussões filosóficas como nas ciências especializadas. A versão mais conhecida é a do *relativismo*, para quem a verdade é relativa a determinado meio, cultura ou até mesmo classe ou ideologia. Manifesta-se no campo ético, por exemplo, ao se dizer que não se pode julgar um índio com base em códigos do homem civilizado, pois as regras de conduta dependem de cada cultura. Também em estudos antropológicos, quando se afirma que não se pode hierarquizar as manifestações artísticas mais sofisticadas (como Bach ou Michelangelo, por exemplo) e a popular ou do folclore. Ou, ainda, em certo marxismo primitivo que afirma(va) que a verdade da classe dominante não poderia ser a mesma das classes exploradas, de modo que haveria uma ciência burguesa e outra proletária.

O relativismo cultural ou ideológico corre o risco de, ao estreitar tanto sua amplitude, ver-se chegar ao mais puro psicologismo ou a um subjetivismo absoluto, implicando que a verdade dependa de cada sujeito: “cada cabeça uma sentença” diz o dito popular, ou “o homem é o princípio de todas as coisas”, como propunha à princípio do *homo mensura* de Protágoras de Abdera. Enesidemo, já no século I a. C. afirmava: “Nem o sentido nem a razão. Ambos são contraditórios. O conhecimento varia com os sujeitos e com os enfoques. Só conhecemos as coisas como aparecem”. Como se vê, seu ceticismo não o eximia de formular juízos com muita convicção em assuntos tão polêmicos como este... Se todas as verdades são relativas, como ter tanta certeza da veracidade desta proposição?

Os filósofos da era clássica da filosofia grega, como Sócrates, Platão e Aristóteles, combateram o ceticismo ao afirmar que o conhecimento era possível e a verdade era uma só, rejeitando o relativismo; existirem várias verdades implica que nunca se poderia afirmar o falso nem o verdadeiro e, portanto, dever-se-ia abster de todo juízo. Se a verdade ou os valores dependem do meio, de cada cultura ou do contexto histórico, poder-se-ia argumentar que a violação de direitos humanos durante o nazismo poderia ser aceitável, assim como as atrocidades da inquisição espanhola.

Já o ceticismo metafísico de Comte, por sua influência no século 19, marcou a obra de muitos economistas, mas também expressou profundo descontentamento com o método de trabalho da Economia Política nascente. Crítico do liberalismo dos fisiocratas, de Smith e Ricardo, Comte via estes autores como adeptos da dedução, não se preocupando com a necessária recorrência ao “altar dos dados” para submeter à prova suas teorias. Além disso, entendia como anticientíficas construções teóricas como valor, preço natural, mão invisível, ordem natural, classe estéril – pois não empíricas, não mensuráveis, quase que apenas fruto da imaginação, enfim, metafísicas: por que os economistas não se detinham a investigar os preços de fato encontrados no mercado, sem recorrer ao “subterfúgio” do valor e do preço “natural”? Com que fundamento Quesnay afirmara que a ordem social era manifestação divina, num tom malebranchista que surpreendeu seus coevos enciclopedistas? De onde Smith tirara que os homens tinham propensão “natural” à troca e que em toda sociedade primitiva os homens trocavam com base nas horas de trabalho necessárias à produção? Havia pesquisas neste sentido? Como Ricardo concluía que existia uma tendência à queda da taxa de lucro sem nenhuma investigação empírica, sem nenhum dado do mundo real, apenas como decorrência de uns poucos axiomas e pressupostos?

Para Comte, não restava dúvida: na escala da evolução, a economia não chegara à fase positiva e por isso os economistas não se contentavam em construir teorias de fato testáveis e independentes da ideologia; a carência de cientificidade evidenciava-se ao apegarem-se a critérios valorativos ora liberais, ora socialistas, ora cristãos; recorrendo à questão formulada mais tarde por Durkheim (1974), para melhor expressar seu pensamento: por que não se contentavam em ser apenas economistas?

O questionamento de Comte não se restringia à Economia, mas abarcava todas as ciências humanas de sua época, e resultou na proposta de uma nova área para pesquisa, a Sociologia, a qual deveria ser a “física social”, isenta de critérios de valor e empiricamente fundamentada. Mas, no campo da própria Economia, a crítica à despreocupação de Ricardo de tratar de questões metodológicas - o que se poderia denominar seu dogmatismo -, expressou-se inicialmente através de Malthus. Embora a história do pensamento econômico demonstre a incontestável hegemonia ricardiana, haja vista que enquanto sua teoria tornou-se *mainstream* ao longo do século 19 e resgatada como antecessora pelos maiores nomes que aparecerão – Mill, Marx, Marshall, para citar alguns com contribuições decisivas para os modernos *approachs* -, Malthus foi considerado

herético pelo menos até Keynes reabilitá-lo como precursor da teoria da demanda efetiva. Malthus (1983) não deixa dúvida na Introdução de seus Princípios de Economia Política, cuja primeira edição data de 1820: os erros de Ricardo provinham de simplificar e generalizar apressadamente, crer sem duvidar da possibilidade e das dificuldades de alcançar-se o conhecimento em matéria complexa como economia, sem tomar precaução com regras metodológicas elementares; os economistas deveriam incorporar em suas análises discussões sobre a possibilidade do conhecimento e o melhor caminho para alcançá-lo.

As observações de Malthus não foram em vão. Se a teoria econômica ricardiana tornou-se hegemônica, as críticas de Malthus, reforçadas pelos positivistas e historicistas, não foram ignoradas pelos economistas posteriores, o que implicou, em menor ou maior grau, o abandono do dogmatismo por parte dos principais teóricos da Economia. Restringindo-se ao século 19: na Inglaterra, Senior, Mill e, mais tarde, John Neville Keynes incorporaram definitivamente preocupações metodológicas, chegando a contribuir mais neste campo que em matérias propriamente de teoria econômica. Já a Escola de Lousanne, ao lançar mão da linguagem matemática, passou a receber críticas e partiu para sua defesa; ao assim proceder, incorporou discussões sobre o alcance e os limites deste instrumental no meio dos economistas; esta preocupação, que se nota em Walras e Cournot, também está presente no italiano Pareto. Nos Estados Unidos, Veblen partiu para o institucionalismo justamente ao pôr em questão a universalidade da teoria neoclássica e seu caráter abstrato ao desconsiderar o meio, a cultura e as instituições. Mas foi na Alemanha onde a denúncia ao “dogmatismo ricardiano” radicalizou-se e o ceticismo mais prosperou, chegando inclusive a vertentes bastante radicais. As críticas começaram com List, na década de 1840, para quem a maneira dos ingleses (leia-se Ricardo) fazer ciência equivocava-se por desconsiderar as condições sócio-culturais de cada nação, ao assentar-se em um *homo economicus* abstrato, universal e reduzido a um cálculo racional, que ignorava a complexidade das decisões humanas, sempre de fato tomadas considerando as ações dos demais, ou seja, em um contexto determinado.

A crítica de List ganhou expressão maior com a Escola Histórica Alemã, a qual buscava alicerçar, em argumentos históricos, as diferenças entre os economistas de língua germânica e a Inglaterra, para mostrar, a partir deles, que as leis da economia não poderiam ignorar o contexto em que se inseriam. Roscher aconselhava evitar falar-se de leis em economia, pois apenas regularidades de longo prazo, leis de desenvolvimento, poderiam ser detectadas. Hildebrand

perguntava-se como falar em leis, se as variáveis e suas relações se alteram de caso para caso? Knies, mais radical, duvidava de que se pudesse a rigor falar em economia, caindo em um ceticismo que só admitia "vagas regularidades". Tudo isso sem contar Marx que, recorrendo à dialética hegeliana e ao materialismo de Feuerbach, proporcionou verdadeira revolução no campo da epistemologia e da filosofia do conhecimento ao contribuir com reflexões nestas áreas desde seus primeiros trabalhos, na década de 1840.

No século 20, a incorporação da questão da possibilidade do conhecimento ganhou maior fôlego entre os economistas, seja do *mainstream* (Círculo de Viena, Friedman), de vertente keynesiana (Joan Robinson, pós-keynesianos, sem contar as contribuições do próprio Keynes sobre probabilidade) e marxista. Tudo sugere, então, que os principais teóricos da Economia afastam-se cada vez mais do dogmatismo, embora a postura do paradigma dominante para ignorar questões metodológicas não possa ser negligenciada. Afinal, um conhecimento que "se basta" tem a pretensão de assentar-se em um método que é único, universalmente reconhecido, e, por decorrência, fruto de um consenso cujas razões para se questionar são insignificantes. O dogmatismo, assim, sempre é uma tentação.

### 3 . Objetivismo versus Subjetivismo

A outra questão a ser analisada remete à consideração de que se o conhecimento é uma relação entre sujeito e objeto, qual deles ocupa o papel central em sua consecução, em qual se localiza, principalmente, o problema da investigação. O *subjetivismo* frisa a importância do sujeito no processo de busca do conhecimento, ao passo que o *objetivismo* centra-se no objeto, atribuindo-lhe peso mais relevante nas discussões epistemológicas. Evidentemente existem várias tentativas, no campo da epistemologia, de tentar conciliar ou mediar este conflito básico, cujas raízes remontam à Grécia.

Platão, por exemplo, defendeu que o problema maior do conhecimento residia no objeto. Isto fica claro já no Mito da Caverna, com a divisão entre o mundo sensível, transitório e imperfeito, e o mundo das idéias, no qual fica estabelecido que a realidade é altamente complexa e há dificuldade para apreendê-la em sua totalidade. Esta idéia de Platão inspira a concepção moderna de criação de modelos, que é muito usada em Economia e em todas as ciências, defendendo-se que não se pode captar a realidade em todas as suas determinações, que é preciso

recorrer a simplificações – os modelos – como passo inicial para se apreender o objeto. Platão, apesar de alertar para essa dificuldade, não era cético e defendia que era possível conhecer o mundo e que a verdade não poderia depender de cada sujeito individual. Com isto, se opunha aos sofistas, precursores do relativismo moderno, que defendiam uma tese hoje muito comum entre os economistas e os cientistas sociais em geral, a qual propugna que o conhecimento depende do enfoque ou ponto de vista, da situação cultural de cada um, ou até que existe uma verdade relativa a cada classe ou grupo social. Também se pode perceber uma versão do subjetivismo ao se assumir uma concepção mais historicista do conhecimento, na defesa da verdade como relativa a determinadas circunstâncias históricas. É isso que Platão, em boa parte, pretendia combater; centrando suas considerações na discussão sobre os valores morais, mostrando que a virtude não poderia ser relativa – não pode existir o bem para alguém que não o seja para outro. Deveria haver pelo menos certos princípios gerais, básicos, que não fossem relativos aos valores individuais.

Os sofistas, escola pré-socrática, ao centrarem-se no sujeito, são precursores do individualismo que vai aparecer modernamente na escola neoclássica. É o caso de Protágoras de Abdera, já mencionado, ressaíndo o homem como centro de sua filosofia. Assim, as leis e as instituições não eram absolutas nem divinas, mas criadas por decisões do próprio homem. No entanto, coube a Epicuro defender a importância das sensações percebidas pelo sujeito como fonte primordial do conhecimento. Na Economia Política nascente, vários autores, como Smith, Cantillon e Bentham, assumiram esta tese que o conhecimento provinha das sensações, fortemente inspirados pelo empirismo inglês. Estabelecia-se, então, uma ponte entre sensualismo e subjetivismo, já que as sensações são percebidas diferentemente por cada sujeito, marcadas pela experiência individual, ou seja, são subjetivas. Na história do pensamento econômico esta controvérsia é sintetizada na corriqueira afirmação de que a teoria do valor trabalho é “objetiva”, já que para ela o valor independe do sujeito, transcende as individualidades e se impõe como coerção social, enquanto a teoria do valor utilidade é “subjetiva”, porquanto depende fundamentalmente da psicologia do consumidor. Mas Smith, mesmo tendo defendido a teoria do valor trabalho, não deixou de ser fortemente marcado pelo subjetivismo, principalmente na *Teoria dos Sentimentos Morais*.

Em boa parte o objetivismo de Smith deve-se à influência de Newton; no caso, há uma visão de que a Economia, caso quisesse realmente se constituir em uma ciência autônoma, teria



que ser análoga à forma com que se explicava cientificamente o universo: como uma máquina organizada, com movimento repetitivo, independente da vontade do sujeito, com leis próprias que pudessem ser descritas matematicamente, já que o objetivo era expressar seu funcionamento. Mas Adam Smith nem sempre foi consistente com este objetivismo: recorreu, em vários momentos, ao *homo economicus* e ao auto-interesse para justificar proposições econômicas e tendências inatas, como à troca e à satisfação pessoal. Ao tratar da simpatia como qualidade, tentou compatibilizar a idéia do indivíduo em si como sujeito das decisões econômicas e a existência de leis gerais. Assim, na obra de Smith há certa justaposição entre o indivíduo como agente de decisões e leis necessárias do sistema econômico; e este possível conflito não é ignorado por ele, já que enfrenta a questão e tenta, a seu modo, buscar soluções. Todavia, se temos em mente que a leitura preponderante entre os economistas é de Smith como prócer da teoria do valor trabalho, o objetivismo salta aos olhos: o valor não depende dos agentes individuais, os homens são submetidos ao valor e ao mercado; cada individualidade não tem o menor significado, seja teórico, seja no mundo real. Que relevância teria o indivíduo em um modelo em que cada um é visto analogamente a um átomo?

É com Ricardo que o objetivismo ganha a versão mais acabada da Economia Clássica. Este entende o sistema econômico como uma máquina organizada, que funciona segundo leis universais, “naturais”: em sua construção analítica quase não aparece o ser humano, o ato volitivo; sua bem acabada arquitetura teórica não esconde a difícil conciliação com o liberalismo filosófico, que procura se assentar no indivíduo e no objetivismo da teoria do valor trabalho. Na verdade, tudo sugere que o indivíduo apenas é suporte para as leis férreas da economia, e daí sua construção teórica poder expressar-se em um sistema de equações e através de um modelo determinístico. Parte-se de determinados pressupostos, formulam-se hipóteses e, através de um raciocínio lógico, chega-se a determinadas conclusões. Ricardo parece ser o economista clássico que leva às últimas conseqüências esse tipo de visão, já que este procedimento não é generalizado, pois não se encontra, por exemplo, em Smith. Mas cabe assinalar que a unidade analítica em Ricardo não é o indivíduo, mas classes sociais. Trata-se de liberalismo bastante diverso do verificável, por exemplo, na Escola Austríaca, pois nesta o auto-interesse é peça essencial da construção analítica.

É no marginalismo e na Escola Neoclássica que o subjetivismo em Economia vai expressar-se de forma mais acabada. Interessante é notar que a relação entre o subjetivismo

marginalista e a escola neoclássica é objeto de pouca controvérsia, embora seja duvidoso que se possa realmente associar o neoclassicismo a um subjetivismo típico. De um lado, é claro que a escola marginalista recorre, em sua teoria do valor, ao sensualismo e ao hedonismo; o valor às coisas (os bens, *goods*) é atribuído pelo sujeito, principalmente na versão de Menger. Estas só se tornam bens quando algum sujeito as escolhe para satisfazer suas necessidades. O bem não é bem em si, mas bem para alguém que o considera como tal. Por outro lado, ao levar-se em conta a obra de Walras, pode-se indagar até que ponto o indivíduo realmente ocupa o centro da análise, já que a concepção de equilíbrio geral do sistema é uma arquitetura teórica semelhante à ricardiana, com a economia composta de determinadas leis que submetem os homens. O objetivo do cientista consiste em conhecer essas leis, “descobri-las”. Como pode uma teoria ser atomista, ter o indivíduo como centro de análise e, ao mesmo tempo, assentar-se no equilíbrio geral?

Quem explora muito este último aspecto é a Escola Austríaca, principalmente Hayek, que chega a duvidar de que a escola neoclássica seja, de fato, liberal. Nela não há explicitamente o lucro, que vira custo ou resíduo, bem como não há a figura do empresário como agente ou inovador: com a abstração do tempo no modelo, o equilíbrio resulta de um sistema análogo a um mecanismo, como em um sistema de equações.

Já Marshall apresenta outra versão neoclássica, diferente da de Walras, ao lançar mão do valor utilidade, mas evitando tanto o equilíbrio geral como o subjetivismo extremado. Em suas reflexões há influência reconhecida de Ricardo, não só teórica (a idéia da importância dos custos para determinar preços no longo prazo) como em questões metodológicas. Sua teoria da produção, por exemplo, é marcada por proposições que independem do sujeito, como a curva de custo médio de longo prazo em forma de U, por exemplo, sem contar a análise sobre as sociedades anônimas e a presença de classes sociais ou agentes econômicos “coletivos” que coabitam com a psicologia de indivíduos tomados abstratamente, o *homo economicus*.

Mais recentemente essa controvérsia entre objetivismo e subjetivismo tomou um contorno particular, o qual consiste em indagar quais os fundamentos microeconômicos da macroeconomia. Esta discussão pode ser analisada por vários ângulos. No que aqui é focado, chama-se atenção justamente à possibilidade de conciliar uma teoria fundada no indivíduo, em suas preferências e em suas decisões como agente econômico racional – a microeconomia -, com a existência de leis gerais ou convenções e comportamentos dos grandes agregados da macroeconomia.

A compatibilização entre ambas remete a duas questões clássicas da epistemologia. A primeira diz respeito à própria noção de totalidade, ao desaguar na antiga polêmica se o todo é ou não a soma das partes, já que a aditividade de funções individuais para se chegar a funções agregadas continua sendo, a rigor, o recurso empregado pelas teorias neoclássicas. Mas precisaria-se ter claro e demonstrado que os indivíduos isoladamente tomam decisões não significativamente diferentes do que quando agem em grupo, associados ou simplesmente convivendo em sociedade – hipótese de difícil comprovação no campo empírico, embora possível em uma análise dedutiva amparada em vários pressupostos e axiomas. A segunda questão diz respeito à própria possibilidade de se chegar a leis gerais e sistêmicas a partir de fatos e observações parciais, ou seja, o famoso “salto da indução”, que tanto tem atormentado os indutivistas desde Hume e Locke. Em poucas palavras, este afirma que não se pode, a não ser que se suponha uma forte estabilidade no mundo, a partir de “n” observações chegar-se a leis gerais e universais, já que sempre há a possibilidade de uma nova observação diferente; a indução não garante certeza de se chegar a verdades universais.

Estes dois problemas clássicos da filosofia sempre complicam a busca dos fundamentos microeconômicos da macroeconomia e exemplificam como é difícil, no campo específico da teoria econômica, alcançar uma conciliação satisfatória entre objetivismo e subjetivismo.

#### 4. Racionalismo versus Empirismo

A última questão diz respeito à origem do conhecimento, ao indagar se repousa fundamentalmente na razão (*racionalismo*) ou na experiência (*empirismo*). A polêmica, como as anteriores, apareceu também na Grécia Antiga. O idealismo platônico consistiu em defesa radical do primeiro ao postular que o mundo sensível ou da experiência é transitório, enganador, cópia imperfeita do “mundo das idéias”; não se poderia confiar nos sentidos como fonte do conhecimento, mas na razão. Somente esta poderia levar a juízos necessários e universais e, por isto, o racionalismo está bastante associado ao método dedutivo e à lógica formal. Modernamente foi revigorado com Descartes e Leibnitz, filósofos com contribuições também na área da matemática –, já que esta, como linguagem simbólica, expressa com maior precisão o conhecimento universal, necessário, dedutivo, usando o caminho que vai dos axiomas aos pressupostos, e destes a hipóteses até a demonstração e a conclusão.

Analisemos duas sentenças: “o PIB do Brasil em 2002 era maior que o da Argentina” e “as curvas de indiferença nunca se cruzam”. Ambas são verdadeiras, mas há uma diferença básica entre a primeira, denominada sintética, e a segunda, chamada de analítica. As sentenças sintéticas só podem ser comprovadas recorrendo-se à experiência; precisam ser testadas, comprovadas com dados empíricos, históricos e/ou estatísticos. Nada me diz a priori que o PIB brasileiro tenha de ser maior que o argentino em determinado ano; só dados podem comprovar ou não; não é verdade necessária nem universal, tanto que em outro ano, no passado ou no futuro, pode perfeitamente ocorrer o contrário. Já o fato de as curvas de indiferença nunca se cruzarem independe da experiência e da comprovação empírica, é uma necessidade lógica, decorrente de axiomas e pressupostos, embutida em sua própria definição. De fato, se as curvas se cruzarem, então não são “de indiferença”, ferindo claramente os pilares em que a dedução está assentada (dentre os quais, a racionalidade do consumidor). A rigor, só sentenças como estas são reconhecidas pelo racionalismo como verdadeiras.

A pretensão de formular sentenças universalmente válidas acompanha a Economia desde seus primeiros teóricos. Esta fascinação pelo racionalismo certamente vincula-se à apologia da razão como fonte do conhecimento apregoada pelo movimento Iluminista, contexto em que emergem a Fisiocracia francesa e a Economia Clássica inglesa. Mas é interessante notar que a recorrência a dados empíricos, históricos ou estatísticos, geralmente também foi uma constante entre os economistas (com a possível exceção de Ricardo), numa coexistência entre pretensões racionalistas e fundamentação empírica. Os fisiocratas, por exemplo, defendiam a existência de uma ordem natural necessária e universal, já que divina, mas também foram os precursores da contabilidade social: a medição do produto líquido era uma decorrência empírica da construção teórica. Smith buscou na natureza humana a fundamentação das leis econômicas, em conceitos como auto-interesse e simpatia; a pretensão de encontrar causas universais que fundamentassem a riqueza das nações coexiste com uma engenhosa argumentação fortemente influenciada pelo empirismo inglês (Hobbes, Locke, Bacon, Hume). Já Ricardo, como se mencionou, foi dentre os economistas clássicos o mais próximo do racionalismo típico; seus “Princípios” diferem radicalmente das principais obras econômicas anteriores, já que praticamente ignora dados estatísticos, quase não cita fatos históricos ou contemporâneos nem procura fundamentação empírica; trata-se do “mundo do modelo”, do “suponhamos que”, firmemente assentado na idéia de que ciência é abstração.

O empirismo, em suas raízes gregas, apareceu associado, em menor ou maior grau, ao probabilismo e ao sensualismo. Sexto Empírico (II a.C.), autor de “Contra Matemáticos” e “Contra Dogmáticos”, é tido como um de seus mais expressivos precursores. Também dentre estes deve-se mencionar Epicuro, para quem o conhecimento não repousava na razão, mas nas sensações. Não sendo decorrente de necessidade lógica ou universal, o conhecimento depende da observação e da experiência; nada chega à razão sem que passe pelos sentidos. Mais que certeza da verdade, tem-se que o conhecimento é provável, impondo uma constante busca, sempre passível de aperfeiçoamento. Assim, o probabilismo substitui a verdade universal e, em versões mais radicais, pode chegar ao ceticismo, já que o conhecimento dependerá de infinidade de casos possíveis, de infinitas observações, de fontes inesgotáveis de pesquisa, nas quais sempre haverá o novo e a possibilidade do inusitado, bem como a multiplicidade de enfoques, de pré-conceitos e “erros” e de “distorções” do próprio sujeito. Desta forma, ceticismo e empirismo aproximam-se, embora isto não signifique que dogmatismo e racionalismo tenham laços estreitos.

Em matéria de Economia, o empirismo foi reivindicado por Malthus em suas críticas a Ricardo e, como já foi mencionado, teve sua expressão mais acabada em alguns membros da Escola Histórica Alemã. Entretanto, a pretensão de procurar fundamentos empíricos às teorias econômicas, já presente na Fisiocracia, perpassa as diversas escolas econômicas desde o século 19. Como a Economia é a ciência social cujas variáveis mais se prestam à quantificação, a mensuração não é apenas um problema teórico, restrito ao meio acadêmico, mas empírico, presente no cotidiano dos profissionais que atuam em empresas, sindicatos e instituições públicas.

Mas é preciso que se distinga claramente o empirismo clássico (e radical), que propõe que o conhecimento provém fundamentalmente da observação e da experiência, com a simples recorrência a dados empíricos para ilustrar teorias, exemplificar ou mesmo tentar “evidenciar” proposições tidas como hipóteses ou leis. Na verdade, poucos economistas podem ser arrolados dentro do primeiro caso, enquanto que a grande maioria ajuda a ilustrar o último. Deixando de lado a tradição marxista que propõe uma interação entre a razão e a experiência como fonte do conhecimento, com base na dialética hegeliana, e que constitui um caso a parte com uma epistemologia própria, pode-se dizer na atualidade convivem num mesmo autor teorias propostas como universais e com alto grau de abstração com o empirismo – não havendo neste aspecto

diferenças significativas entre os grandes *approachs* contemporâneos que dividem os economistas neoclássicos, keynesianos, neoriocardianos e schumpeterianos.

## 5. Conclusão

Conquanto, por razões didáticas, tenham-se apresentado as controvérsias utilizando-se, como recurso de exposição, polaridades, faz-se necessário mencionar que vários são os autores que procuraram mediar o debate, procurando alternativas “intermediárias”, seja no campo filosófico ou em Economia<sup>3</sup>.

Walras, por exemplo, apercebendo-se do problema, procurou construir uma superação do debate entre empirismo e racionalismo ao retomar a distinção de Stuart Mill entre Ciência Econômica e Arte Econômica, aperfeiçoando-a (1983). Sob a influência do positivismo, Walras entendia não haver por que distinguir apenas a teoria de sua aplicação, como procedera Mill, mas também claramente definir os campos da ciência positiva e do conhecimento normativo. Assim, a teoria econômica, ou economia positiva, deveria preocupar-se com “o que é”, estabelecendo proposições no modo indicativo, sem juízos de valor. A doutrina econômica, ou economia normativa, ao contrário, falaria no modo imperativo, compreenderia juízos de valor e preferências; nesta área a metafísica era admitida, bem como proposições não testáveis, onde a cultura, a fé e a ideologia expressavam-se. Já em sua ação prática - a “arte”, a política econômica -, o economista lançaria mão tanto da economia positiva como da normativa; desta forma, sua ação não estaria isenta de juízos de valor, mas a teoria econômica, como ciência, sim. A teoria pura, fruto do racionalismo, apontava para leis universais e necessárias; mas, em sua aplicação, contava a experiência, o conhecimento empírico e o interesse. Walras sintetizou seu ponto de vista ao afirmar que os critérios da ciência, da arte e da moral eram respectivamente “o verdadeiro, o útil ou o interesse e o bem ou a justiça” (1983, p. 17).

Já o marxismo pode também ser visto como uma proposta de superação da controvérsia entre racionalismo e empirismo, pois nele ambos fazem parte do processo do conhecimento. Assim, como fica visível na leitura de *O Capital*, capítulos teóricos, com alto grau de abstração, são alternados com capítulos históricos, numa seqüência metodológica intencionalmente

---

<sup>3</sup> Os artigos que seguem nesta obra aprofundam o debate em diversas correntes e autores, de maneira que aqui só há uma breve referência a alguns desdobramentos da controvérsia.

estruturada. Para Marx, sempre o concreto é o ponto de partida do processo de conhecimento, e é a práxis que o incita. Mas, ao contrário do positivismo (pelo menos em suas versões ultra-empiristas), este concreto é caótico, enganador, reino da alienação e do fetichismo. Para ultrapassá-lo, precisa-se dar um salto – a abstração -, como que para dar ordem a este caos. Aqui entraria a razão, o conhecimento teórico (e, até se assim se preferir dizer, os modelos e tipos ideais). Mas, ao contrário dos dedutivistas, como Ricardo, ou de autores como Max Weber, em que o conhecimento científico se concluiria no momento da abstração, com a construção de tipos ideais, em Marx dever-se-ia voltar ao concreto, para historicamente, mostrar-se como estes são materializados. O fundamento para este procedimento tem suas origens na ontologia de Aristóteles, com a distinção entre essência e aparência. A aparência não revela de imediato a essência, de modo que se faz necessário ir além dela com um movimento do pensamento; a aparência é um ponto de partida necessário, mas insuficiente, porque só se revela parcialmente, de forma fragmentada ou até invertida. Portanto, não há conhecimento sem abstração, sem a tentativa de separar o essencial do acessório, o que só pode ser feito por meio de um ato da razão.

Finalmente, outra tentativa de superação, com raízes no século 19, embora mais desenvolvida no século 20, reside na metodologia que busca um entrosamento entre a teoria e os dados através da testagem, com técnicas estatísticas e econométricas. Nesta proposta, ao contrário da dialética marxista, a teoria continua como um momento separado de sua testagem; um é o momento da construção teórica, do modelo, da abstração; outro é sua aplicação, a verificação se o modelo apropria-se para ajudar para conhecer determinado objeto, se suas relações funcionais e/ou previsões podem ser aceitas, total ou parcialmente, ou pelo menos não rejeitadas. Os dois momentos podem estar – e geralmente estão – em pesquisas diferentes e ocupam pesquisadores que não são os mesmos. A diferença entre ciência “pura” e “aplicada” tem todo sentido dentro desta concepção que, embora reconheça a importância da tanto da razão como da experiência como fontes do conhecimento, não esgota as controvérsias epistemológicas relativas a como ambas interagem ou podem entrosar-se na busca do conhecimento, bem como ao papel e a importância do sujeito e do objeto em sua consecução.

## **Referências Bibliográficas**

- BIANCHI, Ana M. *A Pré-história da Economia*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- BLAUG, H. *The Methodology of Economics, or How Economists Explain*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- CALDWELL, Bruce J. *Beyond Positivism; Economic Methodology in the Twentieth Century*. London, George Allen & Unwin Publishers Ltd., 1984.
- CHÂTELET, François. *História da Filosofia; a Filosofia Pagã*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *História da Filosofia; o Iluminismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 6.ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1974.
- FEIJÓ, Ricardo L. *A Racionalidade das Teorias Econômicas: uma Investigação à Luz das Idéias de Popper, Kunh e Landan*. São Paulo, USP, 1994 (Tese de Doutorado).
- HESSEN, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. 7.ed. Coimbra: Armênio Amado, 1979.
- LIST, G. F. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo, Abril, 1983 (Col. Os Economistas).
- MACHLUP, F. *Methodology of Economics and other Social Sciences*. Nova York, Academic Press, 1978.
- MALTHUS, Thomas Robert e RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática*. São Paulo. Abril Cultural, 1983.
- MARCHAL, André. *Metodologia de la Ciência Econômica; el Conflicto Tradicional entre los Métodos y su Renovación*. Buenos Aire, Ateneo, 1957.
- MATTOS, Laura Valadão de. *Economia Política e Mudança Social*. São Paulo, USP, 1998.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “O Pensamento Econômico Alemão no Século XIX”, In: HELFER, Inácio (org.). *Pensadores alemães dos séculos XIX e XX*. Santa Cruz do Sul. Edunisc, 2000.
- \_\_\_\_\_. O Método em Economia: uma perspectiva histórica, In: REGO, José Márcio (org.). *Revisão da Crise: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Bional, 1991.
- PRADO, Eleutério F. S. *Economia como Ciência*. São Paulo, IPE/USP, 1991.
- SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Oxford, Oxford University Press, 1976.
- \_\_\_\_\_. *The Theory of Moral Sentiments*. Oxford: Clarendon Press, 1976.



VICARELLI, Fausto. *Keynes and the Instability of Capitalism*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1985.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).